



A MULHER NAS ELEIÇÕES 2002

Marcus Assis Lima

Leonardo Ferreira

Marcela Vieito

Centro Universitário de Belo Horizonte

Resumo: O presente artigo faz uma reflexão em torno da intimidade e a esfera privada no momento em que esta se relaciona com a esfera pública e a construção da realidade social nos jornais impressos nacionais. Associado a esse tema, abre-se uma discussão sobre a mudança da sociedade contemporânea no que se refere às transformações identitárias dos gêneros. Em outras palavras, construiremos um percurso em que é pretendido a compreensão do espaço ocupado pela mulher, representante da intimidade e da esfera privada, na sociedade e como os jornais impressos, construtores da realidade social e representantes da esfera pública, representam essa mulher. Entretanto, essa análise se faz levando-se em conta a mulher candidata a um cargo político na eleição carioca de 2002. Este artigo é parte das atividades do grupo de pesquisa do Projeto de Iniciação Científica “Narrativa jornalística e o espaço público: a intimidade” do Centro Universitário de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Mulher – Eleição – O Globo.

I – Introdução

Este artigo é parte das investigações desenvolvidas pelo do grupo de pesquisa “Narrativa jornalística e o espaço público: a intimidade” que estuda como a intimidade e a esfera privada se relacionam com a esfera pública, e a construção social da realidade feita por periódicos impressos brasileiros.

O assunto aqui abordado é um recorte desse contexto, baseado em uma análise empírica dos exemplares do jornal “O Globo” publicados durante o mês de setembro de 2002 e diz respeito a uma particularidade observada nas eleições para o governo do Rio de Janeiro. Neste Estado, a eleição contou com um número de mulheres candidatas significativamente maior que o de



homens candidatos. Foram três candidatas - Benedita da Silva, Rosinha Matheus e Solange Amaral – e apenas um candidato, Jorge Roberto, fato que representa de modo explícito a mudança da sociedade contemporânea no que diz respeito às transformações identitárias dos gêneros.

O artigo constrói argumentações em torno da representatividade conferida à figura feminina pelo jornal “O Globo”, nesse período, nas editorias “O País” e “Rio”. Tentaremos mostrar como o jornal uma das esferas de debate, representa a mulher, levando em conta todo o peso histórico de intimidade que esta carrega, caracterizando-a como pertencente à esfera privada. Para tanto, faremos um breve regresso na história para analisar a inserção da mulher na sociedade, assim como as mudanças desencadeadas nas esferas privada e pública até chegarmos à conjuntura atual.

II – Apontamentos teóricos

Segundo Thompson em “A mídia e a modernidade”, com o advento das sociedades modernas ocidentais houve severas mudanças na estrutura da sociedade, que, por meio de uma transformação cultural sistemática, começou a ganhar perfil mais preciso. Tais mudanças tiveram cunho político, econômico e social. No campo da política, houve reagrupamento das numerosas comunidades em centros mais reduzidos, formando um sistema entrelaçado de estados-nações. No âmbito econômico, o modo de produção passou de feudalista para capitalista. Essas mudanças permitiram o surgimento da imprensa periódica e a conseqüente emergência de uma esfera pública burguesa, que como nas esferas públicas anteriores, era de característica fundamentalmente masculina. Essa natureza restrita da esfera burguesa não era acidental, mas foi gerada por um conjunto de suposições profundamente enraizadas nas diferenças de gêneros. (Thompson, 1998). Segundo João Carlos Correia, em “A emergência do individualismo na cultura mediática contemporânea”,

“A discussão sobre o gênero tornou-se reconhecida como um dos mais interessantes elementos de reflexão acerca da instabilidade que paira sobre a definição do sujeito. Porém, a sua aceitação relativamente pacífica fragiliza-se quando a reflexão passa da desigualdade de direitos para a desigualdade das condições”. (CORREIA, 1999:03).



Desta forma, essa esfera burguesa estava situada entre o domínio da autoridade pública ou Estado, de um lado, e domínio privado da sociedade civil e das relações pessoais, de outro, que eram destinados somente aos homens. Os indivíduos reuniam-se privadamente para debater entre si as normas da sociedade civil e a conduta do Estado. As reuniões freqüentemente aconteciam em centros de socialização, como salões e cafés, que abrigavam apenas elites instruídas interagindo com a nobreza em posição similar de igualdade. Por essa razão, não só as mulheres eram excluídas do debate público, mas, também, representantes de outras camadas sociais. Assim, a democracia era vetada pela voz ativa restrita aos poderosos e dominantes da época. Não havia condições para a realização da autonomia, que se refere à igualdade na indução dos resultados na tomada de decisão. Ainda hoje, com a estabilização de veículos de comunicação que proporcionem aos indivíduos os meios para que suas vozes sejam ouvidas, não há uma democracia polifônica integralmente igualitária. O sexo feminino não figurava na esfera pública burguesa. A ele, era determinado o papel de mantenedor do lar, restringindo-o à esfera privada.

Porém, a partir do século XX, com a progressão da democracia mundial e das relações livres e iguais, a mulher conseguiu, enfim, iniciar seu processo de emergência para a cidadania, que se observa até os dias de hoje. Segundo Rousiley Celi Moreira Maia, em “A identidade em contextos globalizados e multiculturais: Alguns dilemas da igualdade e da diferença”,

“A visão multicultural da diversidade de formas culturais e o reconhecimento dos diferentes modos humanos de ser e formas de vida válidos, parece ser um aspecto importante dessa situação contemporânea. Particularmente nas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas, após quase três séculos de secularização e de ausência de moralidade objetiva que abriu espaço para a diferença, e graças ao ethos democrático de respeito à autonomia e ao direito individual, bem como a imigração internacional, os indivíduos e grupos demandam atualmente o reconhecimento público de suas diferenças e respeito para o modo de vida que escolheram.” (MAIA, 1999:21).

Desse modo, a democracia não implica apenas o direito ao autodesenvolvimento livre e igual, mas também a limitação constitucional do poder, pois, ela significa discussão e oportunidade para que a força do melhor argumento seja preponderante, em contraposição a outros modos de tomar decisões. A participação da mulher, assim como outros grupos sociais, no debate



político da esfera pública conduziu a sociedade ao surgimento de uma cidadania mais esclarecida, que deriva de um consentimento da diversidade e da educação emocional, no qual direitos e opiniões alheias ganham consideração igualitária e justa no debate público.

Talvez não possamos avaliar de forma mais eficaz essa participação da mulher pelo fato de a democratização da vida pessoal não ter a mesma visibilidade conferida à democratização da esfera pública, particularmente da esfera política. Isso se dá, em parte, justamente porque a vida íntima não ocorre na área pública. Outro fator que dificulta essa visibilidade é a distância entre os ideais e a realidade. Mas, mesmo assim, as implicações desse processo de democratização são também muito profundas.

Entretanto, ainda que tenha ocorrido a evanescente emancipação feminina dos laços que prendiam a mulher exclusivamente à esfera privada, seu papel no público ainda carrega características íntimas. O jornal, como constituinte e legitimador da esfera pública, ainda situa a mulher no espaço da casa, retomando conceito utilizado por Roberto Damatta em “A Casa & a Rua”, que caracteriza esse espaço como o lugar do íntimo, do privado, do confiável e do que deve ser resguardado.

Observa-se, também, que o jornal tem a pretensão de ser objetivo nas notícias jornalísticas. Esta é sempre consequência de uma fragmentação do real, já que quem escreve o faz em um contexto social, o que implica uma percepção particular de mundo, marcada pela subjetividade em suas relações com outras pessoas e com os fatos. A forma como o texto jornalístico é organizado e estruturado deixa transparecer valores que, muitas vezes, não se queriam explícitos. O discurso incorpora valores e pré-conceitos que um leitor com capacidade crítica e olhar disciplinado pode reconhecer. A construção do sujeito presente no texto deixa aparecer a relação entre a concepção de um jornalista sobre alguém e a concepção que esse alguém faz de si mesmo. O personagem continua sendo definido apenas pelas expectativas dos outros e permanece controlado por instituições sociais, das quais os jornais fazem parte.



Esse tratamento jornalístico se insere tanto em uma narrativa explícita, que noticia a mulher em situações tipicamente domésticas, quanto em narrativas sutis, como quando a mulher é submetida a tratamentos que a ligam sempre à identidade de esposa, mãe, dona de casa. Postulamos que o jornal tem papel de construtor social da realidade e é meio eficaz de se identificar valores e preceitos enraizados nas pessoas e, por isso, ainda reflete a mulher dessa forma.

III – Análise

A análise empírica de nossa pesquisa teve como material o jornal impresso “O Globo”, pertencente à família Marinho e às organizações Globo. Esse periódico é produzido no Estado do Rio de Janeiro e tem circulação nacional. Desta publicação, foram analisadas durante o mês de setembro as editorias “O País” e “Rio”, que tratam de assuntos concernentes à política e ao cotidiano do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro. Nesse período, observou-se grande fluxo de notícias sobre as eleições presidenciais e estaduais pela mídia brasileira, já que se tratava de uma época eleitoral. No jornal “O Globo”, notaram-se muitas notícias de cunho privado e íntimo na cobertura das candidatas mulheres em seções caracterizadas por tratarem de assuntos representativos ao coletivo.

III.A - Bases metodológicas

Os critérios utilizados na escolha das matérias que representassem integralmente o que nosso artigo propõe foram, em primeira instância, a menção a mulheres, seguido por mulheres candidatas a um cargo político público, no caso, o governo do Rio de Janeiro. Seleccionadas as matérias, delimitamos nosso trabalho àquelas em que se notava alguma conotação de cunho privado no que concerne as candidatas. Finalmente, priorizamos as reportagens que explicitassem seus papéis domésticos e características ligadas a feminilidade.



III. B – Análises empíricas

Durante as eleições políticas estaduais de 2002, o jornal analisado criou uma série dedicada a construir um perfil minucioso das candidatas ao governo do Rio de Janeiro. Benedita da Silva, Rosinha Matheus e Solange Amaral tiveram detalhes de suas vidas pessoais intensivamente exploradas pelos repórteres de “O Globo”. Fotos da juventude, gostos pessoais e declarações concernentes à intimidade ocuparam o espaço público da editoria de política como se tivessem relevância para a legitimação das candidatas como atrizes sociais da esfera pública.

Na reportagem feita sobre Benedita da Silva e intitulada “Em busca de miss samba 1965”, publicada em 18 de setembro, na página 12 de “Rio”, parece ao jornal ser imprescindível a informação de que ela já foi miss no carnaval. Mais que isso, essa informação parece ser determinante para qualificá-la apta ou não ao exercício do cargo pretendido, pois esse fato e declarações sobre sua vida sentimental e conjugal tiveram maior volume e destaque do que informações sobre seu preparo, suas aspirações políticas e metas governamentais. Observa-se, portanto, que características como beleza física, carisma e sensualidade ganham importância para legitimar o sexo feminino em relação às características intelecto-culturais. O próprio título da matéria revela a intenção implícita do impresso de resgatar os valores citados na governadora que seriam necessários para a sua reeleição.

“Os estilos que fazem as cabeças das candidatas”. Essa é a manchete de outra matéria publicada em “O Globo”, desta vez em 22 de setembro de 2002, na página 12 da editoria “O País”. O título faz referência aos estilos de corte de cabelo das candidatas. Nada incomum, se não fosse a editoria em que essa matéria foi divulgada, que trata de política. A matéria faz comparação entre os cortes de cabelo das candidatas brasileiras e personalidades de outros países, como Jacqueline Kennedy, por exemplo. Mais uma vez, o critério da beleza física foi utilizado e colocado como um assunto que diz respeito majoritariamente às mulheres. Não se nota, por exemplo, semelhante critério sendo abordado entre candidatos do sexo masculino com tamanha frequência e evidência.



Observa-se um fato interessante no tratamento destinado à governadora eleita do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho. Inicialmente, o jornal “O Globo” se referia a ela como “Rosinha Matheus”, fazendo valer publicamente seu nome de solteira e implicitamente, sua independência matrimonial. No decorrer da campanha política, a publicação passou a chamá-la pelo nome de casada. Ela se tornou conhecida como “Rosinha Garotinho”, fazendo, assim, ligação direta ao seu esposo, Anthony Garotinho.

A candidata ao governo do Rio de Janeiro, Solange Amaral, também teve um perfil minucioso sobre sua vida pessoal publicado nas páginas de “O Globo” em 17 de setembro de 2002, na editoria “Rio”. Na matéria “Solange Amaral, das dunas do barato ao vinho com charuto”, confissões de uma Solange adolescente ganham destaque. Exemplo disso é a sua declaração de que está melhor hoje, pois, quando mais jovem, era “gordinha e feia”. Há também trechos que relatam-na como fã da cantora Elis Regina e, também, jogadora de vôlei. Mas, a intimidade forçada do jornal com a mulher também pode ser percebida em fotos e legendas. Ainda nessa matéria sobre a “candidata Solange”, ela aparece como a “mulher Solange”, passando batom – um ato extremamente feminino e íntimo.

No jornal “O Globo” do dia 6 de setembro de 2002 na editoria “O País”, página 11, a reportagem “Vitória de Rosinha deixaria Garotinho inelegível” além de construir uma narrativa jornalística recheada de termos e expressões que remetem a ligação de dependência da mulher, enquanto esposa, ao marido, trás ao leitor questões concernentes a Lei Eleitoral da elegibilidade das mulheres de governadores. Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) fizeram a severa restrição de que apenas as mulheres dos governadores que estivessem no primeiro mandato poderiam se eleger, alegando que do contrário haveria continuísmo político. Isso se dá, e novamente o jornal reforça o imaginário coletivo no que tange a posição da mulher na sociedade, no momento em que o TSE outorga que a eleição da mulher representa o exercício do segundo mandato do marido.

Na mesma página da reportagem analisada anteriormente, a matéria “Benedita insiste em buscar eleitores de Lula” se refere ao poder simbólico da mulher, advinda da característica inerentemente construída durante a sua socialização, para criar credibilidade, confiança e



competência. Prova disso é a fala do coordenador político de campanha eleitoral de Anthony Garotinho, Márcio França, em que diz que aposta “na boa imagem do casal para conquistar mais votos”. Essa boa imagem do casal só é possível graças à presença feminina.

Mas a própria mulher reforça o preconceito e a sua imagem construída socialmente. Na matéria “Rosinha pede votos para o marido”, publicada em 03 de setembro de 2002, na página 10 de “O País”, nota-se já no título a subserviência que a mulher deve ao seu marido. Não obstante, a própria candidata delega a si o lugar que a sociedade lhe confere, quando declara que nunca quis se candidatar ao governo. Nas palavras de Rosinha Matheus Garotinho, “o meu papel não é esse”. Esse fato encontra respaldo em perspectivas teóricas, que mostram que a modernização leva ao aumento de quadros simbólicos generalizados, nos quais o indivíduo pode re-significar situações, papéis e atividades. Assim, nada impediria a candidata de assumir-se publicamente com o papel que melhor lhe apraz. A identidade multifacetária pode, tranquilamente, proporcionar-lhe exercer papel de mãe, esposa, candidata e até mesmo uma governadora que coloca seu papel de organizadora do lar acima de seu cargo político.

Conclusão

Diante do material analisado e dos estudos em DaMatta, Giddens, Habermas, João Carlos Correia, Rousiley Celi Moreira Maia e Thompson, concluímos que a mulher vem legitimando seus avanços no espaço público e emancipando-se do reconhecimento primordial por meio de características do privado. Para essa conquista, a mulher usa imprensa, mas também é reconhecida por esse veículo de forma contrária à pretendida. O jornal, como construtor social da realidade, retrata o inconsciente imaginário coletivo sobre a mulher e, de forma ambígua, influi na elaboração desse inconsciente, ao colocar nas entrelinhas de seus relatos uma linha ideológica adotada.

Também percebemos que a situação em que o jornal ainda coloca a mulher, retratando-a, mesmo em situações profissionais, com características próprias do íntimo, deve-se ao fato dessa se posicionar em oposição ao homem e apropriar-se de características particularmente masculinas para fundamentar seu discurso. Esse posicionamento se dá em um momento em



que a mulher de vanguarda precisa se estabelecer como diferente ao homem, e não oposta. A mulher utiliza de uma estrutura legitimante para sua emancipação, a mesma que a excluiu e não foi a que deveria ser específica às suas características. Entretanto, essa situação se faz de forma improvável, uma vez que o contexto socializante e as ordens que vigem nela também englobam a mentalidade de ordenação social dos excluídos.

Referências Bibliográficas

CORREIA, João Carlos. A emergência do individualismo na cultura mediática contemporânea. In: Recensio, Lisboa, 1999.

DAMATTA, Roberto. A Casa & A Rua, editora Rocco. Jardim Ubá, 1988.

HABERMAS, Jürgen. A esfera pública – 30 anos depois: Prefácio à 17ª edição da mudança estrutural da esfera pública.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. A identidade em contextos globalizados e multiculturais: Alguns dilemas da igualdade e da diferença. In: Geraes, Revista de Comunicação Social. N.º 50, 1999.

THOMPSON. A mídia e a modernidade, editora Vozes. Petrópolis, 1998.